

Thompson, o marxismo e o estudo dos protestos populares

*Sidnei J. Munhoz**

A produção deste texto tem um propósito específico: discutir a influência dos trabalhos de Thompson nos estudos dos protestos sociais, principalmente aqueles caracterizados pela ação das multidões. Ainda devo lembrar que o presente texto foi elaborado para ser apresentado no seminário “Política e Paixão: Dez anos sem E. P. Thompson”, realizado em 2003, na Universidade Federal de Santa Catarina, em homenagem ao historiador inglês, quando da celebração dos dez anos da sua morte. Observo também que, em decorrência do exposto, enfocarei o tema restringindo-me ao propósito do evento. Advirto ao leitor que, apesar do meu interesse pelo tema, as reflexões aqui expostas, de uma forma ou de outra, estão bastante relacionadas aos estudos desenvolvidos durante os meus trabalhos de mestrado e doutorado.¹

Ao examinar a produção histórica relativa ao estudo dos protestos sociais caracterizados pela ação das multidões, até meados da década de 1950, depara-se com a falsa impressão de efemeridade e de insignificância desses conflitos. As análises históricas referentes ao tema, regra geral, eram exíguas ou superficiais, baseadas principalmente em preconceitos advindos da criminologia e da psicologia das multidões. Essa observação não indica a inexistência de produção sobre o assunto, mas a pouca atenção do profissional da história dispensada ao tema.

Desde a Revolução Francesa e da emergência das multidões no cenário urbano londrino, ambos os processos ocorridos na segunda metade do século XVIII, o tema da multidão chamou a atenção de contemporâneos. Hyppolite Taine, na França, e Edmund Burke, na Inglaterra, cada um ao seu modo, destilaram veneno respectivamente contra o “menu peuple” e as “lower orders”. Observa-se nessas abordagens a tipificação preconceituosa e baseada em abstrações, caracterizando os integrantes desses protestos sociais como bandidos, criminosos, vagabundos, arruaceiros, prostitutas, pessoas sem residência fixa etc. Nessas análises, tratava-se de desqualificar a conquista do espaço público pelo homem comum e mostrar a sua ação como perigosa à sociedade. Uma perspectiva diferente foi aquela adotada por Michellet, que via nas multidões revolucionárias uma expressão das virtudes republicanas.² No entanto, ambas as perspectivas viam a multidão de forma estereotipada. Além disso, a vertente michelletiana pouco se propagou ao longo do século dezanove e na primeira metade do século

* Sidnei J Munhoz é Doutor em História Econômica pela USP, docente do Depto. de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), pesquisador associado do Laboratório de Estudos do Tempo Presente – UFRJ, professor associado do Programa de Pós-Graduação em História Comparada – IFCS-UFRJ e editor da *Diálogos* – Revista do Depto. de História da UEM.

seguinte. Assim, as visões reacionárias sobre o tema possuíam absoluta hegemonia. Deve-se ainda ressaltar que o tema das multidões ocupou presença marcante na literatura da época. Dickens, Allan Poe, Baudelaire, Zola, Victor Hugo, entre outros abordaram o tema.

De um lado, a chamada historiografia dominante, em termos gerais, fazia menção aos conflitos de multidão como se eles fossem eclosões meramente ocasionais ou os caracterizava, *a priori*, como expressão da barbárie e do primitivismo a que estava submetido o “populacho”. Assim, esses novos atores sociais eram retratados como componentes das “classes perigosas” que ameaçavam todo o edifício social.³

De outro lado, percebe-se que o marxismo ortodoxo tratava essas manifestações como uma demonstração da disposição de luta do proletariado, porém procurava caracterizá-las como desorganizadas. O enfoque marxista ortodoxo era alimentado pela percepção de que havia nessas ações, caracterizadas *a priori* como espontâneas, a ausência de um projeto político próprio. Assim, essas formas de protesto social eram compreendidas como parte da pré-história do movimento operário. Dessa forma, viam-se os protestos de multidão como um tipo de luta superado, resultado do próprio desenvolvimento da sociedade capitalista e, no interior dela, do nascimento do proletariado como classe social. Em decorrência, reconhecia-se a emergência de formas de organização mais complexas e superiores: o sindicato e o partido revolucionário, lugares por excelência da ação proletária. Daí as manifestações de multidões não se coadunarem com o *socialismo científico*, embora demonstrassem a revolta popular contra a miséria e a opressão impostas pela sociedade capitalista aos produtores das riquezas. A essas ações populares faltava tanto a direção quanto a existência de um claro projeto político para a transformação da sociedade. Enfim, eram manifestações espasmódicas, tendiam a se repetir com certa frequência em momentos de crise, mas uma vez passado aquele momento, não deixavam marcas nem propiciavam transformações sociais significativas. Assim, pode-se dizer que esses dois campos, em rigor opostos, a saber, aquele influenciado pelo marxismo ortodoxo e o composto pelas abordagens históricas conservadoras, se aproximavam, pois, tanto em um quanto no outro tais movimentos emergiam com traços de arcaísmo.

O estudo das multidões, como uma das formas de manifestação do primitivismo, possuía um campo fértil entre a intelectualidade conservadora. Os trabalhos de Scipio Sighele,⁴ Gustave Le Bon⁵ e Gabriel Tarde⁶ foram, certamente, os expoentes dessa produção. Sighele e Tarde estudaram o problema da multidão a partir de uma perspectiva da criminologia. Eles estavam interessados em compreender o grau de responsabilidade de indivíduos que houvessem tido participação em crimes coletivos.

Freud abordou o assunto em “Psicologia de massas e análise do Eu”, onde, em minha opinião, acabou por reproduzir de forma acrítica as idéias de Le Bon. De fato, há um resumo e mesmo a reprodução de passagens inteiras do texto de Le Bon no livro de Freud, o que, muitas vezes, dificulta a distinção das idéias de um e outro⁷ No entanto, para Freud, em oposição a Le Bon, a psicologia da multidão não possui uma natureza absolutamente distinta da do indivíduo; em decorrência, a análise de Freud não se volta para a massa propriamente dita, mas para o que une os indivíduos na multidão. Freud direciona, então, a sua atenção para a existência de uma libido inibida, que se manifesta sob a forma de vínculo social, e quando este vínculo se rompe se transforma em angústia, como agente fundamental na compreensão dessa unidade na multidão.⁸

No campo do marxismo, era razoável esperar-se que as diferentes formas de protesto social fossem estudadas. No entanto, o próprio Marx elegeu o proletariado organizado como sujeito da ação revolucionária. Além disso, principalmente em “O 18 brumário de Luís Bonaparte”, ele expressou receio em relação aos setores que em situação de crise se desgarravam da sua classe social e se tornavam facilmente manipuláveis pelas ideologias reacionárias. Para Marx, esses grupos provenientes da pequena burguesia arruinada, dos desempregados, mendigos, vadios e outros comporiam o lixo de todas as classes sociais.⁹

Partindo desse pressuposto, é bastante plausível supor que essa perspectiva tenha induzido os historiadores marxistas a olharem preconceituosamente para as ações das multidões. Muitos viam nelas nada além de manifestações do lumpemproletariado, considerado bastante volúvel e com tendências a aderir às forças reacionárias em situações de crise. Em decorrência, as análises influenciadas pelo marxismo tenderam, na segunda metade do século dezenove e na primeira do século seguinte, a concentrar-se no estudo do partido e do sindicato, locais privilegiados para a ação do proletariado.

No campo do marxismo, o estudo dos conflitos de multidões foi relegado ao abandono. Uma das primeiras exceções foi, certamente, Rosa Luxemburgo. Ela não estava preocupada em estudar as multidões, mas em compreender o espontaneísmo das massas no contexto da luta de classes. Em *Greve de massas, partido e sindicato*, publicado em 1906, ela apontava o espontaneísmo das massas como um importante elemento na luta contra a tendência ao vanguardismo e à burocracia partidária. Contudo, não se pode afirmar que ela negasse a necessidade de organização e, mesmo, da existência de uma vanguarda. Ao desenvolver tal trajetória, mesmo que muito tangencialmente, Luxemburgo abordou o problema da ação das multidões.

Dentre as diversas controvérsias sobre a produção de Rosa Luxemburgo faz-se importante observar, nesse momento, aquela referente ao seu possível culto ao espontaneísmo. Dieter Groh afirma que Luxemburgo, ao se opor ao vanguardismo, teria contribuído com a mitificação do espontaneísmo. Contudo, há outros autores, como, por exemplo, Lukacs, que a vêem de outro ponto de vista. A. S. Cohan afirma que ela

é freqüentemente considerada uma teórica que acreditava na espontaneidade, mas isso representa sem dúvida uma interpretação errônea dos seus pontos de vista em relação ao partido. Acreditava no partido e no papel que este teria de desempenhar, em especial na sociedade que não havia passado pela transformação capitalista; [...] A noção leninista de partido não fornecia simplesmente a liderança do proletariado, papel que Rosa Luxemburg teria atribuído ao partido revolucionário. Levantava também uma barreira entre a liderança e os partidários, fatal para qualquer movimento socialista. Insistiu muito nesse ponto: O fato é que a Democracia Social não se encontra ligada à organização do proletariado. É ela mesma o proletariado.¹⁰

Lenin reserva ao proletariado o papel de agente da revolução. Contudo, para ele, mesmo sendo portador de uma missão histórica a cumprir, o proletariado não consegue produzir uma consciência revolucionária própria. Dessa forma, a consciência é trazida de fora da classe, pelos intelectuais oriundos da pequena burguesia, e mesmo da burguesia, que passam a se identificar com a tarefa histórica do proletariado.

Pode-se perceber claramente, em Lenin, que, embora predestinado a fazer a revolução, o proletariado necessita de uma vanguarda revolucionária apontando os caminhos e dirigindo-o rumo a essa revolução. Ou seja, a classe social a quem é atribuída a missão histórica de fazer a revolução necessita que lhe seja ensinado como cumprir seu dever.¹¹

Assim, em toda a tradição de linhagem leninista, há uma nítida desqualificação das manifestações não-organizadas levadas a cabo pelo proletariado, pois elas, embora pudessem demonstrar o descontentamento com a situação histórica vivida, fariam parte das tradições pré-históricas do movimento operário e seriam manifestações historicamente superadas. Isto posto, ressalta-se que a valorização do partido como lugar por excelência da organização proletária traz em seu bojo a desqualificação de outras formas de manifestação.

Dieter Groh entende que uma das maiores dificuldades, se não a maior, para compreender movimentos sociais envolvendo os protestos de multidões é um problema conceitual. Na busca da superação do confinamento imposto por essa limitação, ele procurou construir uma categoria que possibilitasse a análise do tema sem a necessidade de recorrer à noção de espontaneísmo. Para esse autor, essa palavra funciona como uma categoria residual que dificulta a compreensão de processos distintos agrupados sob um mesmo rótulo.¹²

Ao estudar a relação entre o que ele denomina de *processos de base* e o problema da organização, Groh aponta para as limitações tanto da perspectiva leninista quanto da luxemburguista, indicando que a cunhagem do conceito de espontaneidade constitui-se muito mais em um reflexo da nossa incapacidade (intelectual) para compreender determinados tipos de manifestações sociais. Dessa forma, a categoria espontaneidade adquire um caráter residual que, ao contrário de contribuir para o desvendamento do real, torna-se fonte geradora de confusão. Muitos dos movimentos sociais não explicados através dos modelos teóricos existentes, são transformados em resíduos que, depositados em algum

compartimento da história, recebem a denominação espontaneidade. Aglutinam-se, assim, distintas formas de manifestação sob um mesmo rótulo.¹³

Para Groh, a própria tensão entre processos de base e organização tenderia a tornar tentadora a associação dos primeiros com espontaneísmo. Dessa forma, ele opta por utilizar a categoria *não-organizados* para qualificar esses movimentos, até que se encontre uma palavra melhor, pois para Groh espontaneidade seria o pior dos mitos burgueses e a melhor das psicologias ruins.¹⁴ A principal decorrência da utilização de espontaneísmo seria que, ao se analisarem fenômenos muito distintos a partir de um denominador comum, ao contrário de iluminar um dado problema, de fato, poder-se-ia contribuir para torná-lo ainda mais confuso.

A excessiva valorização de uma estratégia de ação da classe trabalhadora e a conseqüente desvalorização de outras, como se deu na tradição leninista, foram uma decorrência da eleição de uma ou algumas estratégias consideradas privilegiadas e, portanto, nesta perspectiva, aquelas que podiam promover a ascensão do proletariado ao poder. A conseqüência dessas abordagens dispensadas a quaisquer manifestações de ação direta foi o seu não-estudo e a repetição de teorias auto-suficientes, não necessitando, desta forma, da pesquisa documental e da conseqüente comprovação factual das teses afirmadas.

De fato, no campo do marxismo, a reprodução esquemática de um modelo teórico que explica o todo, substituindo assim a própria realidade, é bastante antiga. Já se manifestou das mais variadas formas e já foi combatida pelo próprio Engels, que criticou veementemente a substituição da análise empírica pela teorização vulgar. Em 1890, em uma carta a Conrado Schmidt, ele afirmava que na Alemanha a palavra materialista servia a muitos escritores jovens como uma simples frase através da qual tudo é classificado sem a necessidade de estudar detalhadamente. Engels afirmava ainda que entendia a história, sobretudo, como um guia para o estudo e não uma alavanca para erguer construções, à maneira do hegelianismo. Afirmava ainda que era necessário estudar novamente toda a história, pesquisar em detalhe as condições de vida das diversas formações sociais, antes de se pôr a derivar delas as concepções políticas do direito privado, estéticas, filosóficas, religiosas etc. que a elas correspondem.¹⁵

Ainda no campo do marxismo surgiram outras elaborações sobre o assunto, podendo ser destacadas as de Antonio Gramsci, Karl Korsch e dos autonomistas holandeses, sobressaindo, dentre os últimos, Antonie Pannekoek e Herman Gorter.¹⁶ Durante a guerra civil espanhola também foram desenvolvidas algumas teses sobre o assunto. Contudo essa produção foi marginalizada por muito tempo, pois não atendia aos *verdadeiros princípios do comunismo* de Stálin e dos seus seguidores.

Não obstante, teve início, no interior do próprio marxismo, um estudo mais detalhado dessas formas de manifestação. Foi um dos muitos sinais da ruptura com o mecanicismo vulgar. Certamente, o trabalho de Georges Leffevre foi o precursor dessas discussões, no campo da esquerda, ao opor-se à visão

predominante sobre as multidões, influenciada, naquele período, principalmente pelos trabalhos de Gustave Le Bon. LeFebvre, em *O Grande Medo*,¹⁷ analisou a ação das multidões, durante a Revolução Francesa, estabeleceu novos parâmetros para pensar a questão, ao criticar a perspectiva da multidão destruidora, inconsciente, instintiva, presente em Le Bon. Ao fazê-lo, situou a ação das multidões em um contexto histórico-social, abrindo um vastíssimo campo de estudo para os historiadores das décadas subseqüentes.

Para Le Bon,

No ponto de vista psicológico, o vocábulo “multidão” toma um sentido muito diferente. Em certas circunstâncias, e somente nelas, uma aglomeração de homens possui caracteres novos muito diferentes dos caracteres de cada indivíduo que compõe. A personalidade consciente dissipou-se, os sentimentos e as idéias de todas as unidades são orientados na mesma direção. Forma-se uma alma coletiva [...] A coletividade tornou-se, então, aquilo que, na falta de uma expressão melhor, chamarei de uma multidão organizada ou, se preferir, uma multidão psicológica. Ela forma um único ente e se acha submetida à *lei da unidade mental das multidões*.¹⁸

Le Bon considera ainda que o indivíduo participante da “turba” adquire uma sensação de força invencível, permitindo-lhe ceder a instintos a que isoladamente ele não cederia. Para ele,

pelo simples fato de fazer parte de uma multidão, o homem desce, pois, muitos graus na escala da civilização. Isolado, era talvez um indivíduo culto; em turma, é instintivo, por conseguinte um bárbaro. Tem a espontaneidade, a violência, a ferocidade e também os entusiasmos e os heroísmos dos seres primitivos.¹⁹

Le Bon, de fato, discorria sobre uma multidão abstrata e as suas referências eram alimentadas principalmente por preconceitos advindos da obra de Taine. Assim, observa-se, no autor francês, a ausência de pesquisas históricas que pudessem corroborar as suas assertivas.²⁰

Até o surgimento do trabalho precursor de Georges Lefebvre, “O Grande medo”, mesmo entre os historiadores marxistas havia um tratamento bastante preconceituoso em relação aos protestos de multidões. George Rudé aproximou-se de Lefebvre e por ele foi significativamente influenciado. Nessa época, Albert Soboul, Richard Cobb e Rudé trabalharam com Lefebvre, tornando-se amigos muito próximos, ao ponto de serem chamados pelo mestre, carinhosamente, de “os três mosqueteiros”.²¹

Lefebvre foi o primeiro historiador a fazer referência a uma história vista de baixo ou, em outras palavras, dos vencidos. Através de um estudo histórico detalhado da Revolução Francesa, o autor resgatou a ação de multidões camponesas que, durante o verão de 1789, logo após a queda da Bastilha, rapidamente se mobilizaram na defesa da revolução, no Norte e no Centro da França, alimentados por um pânico espalhado pelos crescentes boatos de que tropas fiéis ao rei estavam na iminência de tomar a região.

O autor concluiu, através de exaustivas pesquisas, que esse medo, baseado em notícias que depois se mostraram inverídicas, mobilizou os camponeses e estimulou a organização de uma defesa para a região, o que se tornou importante para a vitória da revolução nessa área do país. A influência de Lefebvre abriu um novo campo para a historiografia marxista. Souboul, ao estudar a Revolução Francesa, deu especial ênfase à ação dos *sans-coulottes* parisienses,²² Cobb²³ ao exército revolucionário e Rudé²⁴ às multidões revolucionárias.

Entre as décadas de 1950 e 1970, esse campo de estudos se expandiu significativamente, com destaque para os trabalhos desenvolvidos por Eric J. Hobsbawm, George Rudé, Edward Thompson e Charles Tilly.

Em relação a Hobsbawm, Thompson e Rudé, três expoentes da História Social,²⁵ faz-se necessário ressaltar a discordância com uma certa visão que tem proliferado no Brasil, que via de regra, apresenta esses autores como portadores de visões semelhantes sobre as manifestações de multidões no início do período industrial.

Apesar da importante contribuição de Hobsbawm a este debate, nota-se a existência de um certo conflito no interior de seus trabalhos. Em *Os destruidores de máquinas*, ao estudar o movimento de quebra de máquinas na Inglaterra, reconhece, nessa forma de manifestação, uma certa eficácia e mesmo coerência interna. Todavia, sua análise sobre a turba, apresentada em “Rebeldes Primitivos”, é portadora de uma visão etapista bastante acentuada, expressa, por exemplo, no emprego da categoria de movimentos pré-políticos, para caracterizar esse tipo de protesto social. Essa perspectiva oriunda da influência teleológica presente no marxismo ortodoxo não possibilita o desvendamento do problema proposto, ao contrário, impede uma percepção acurada da ação social dessa plebe em fase de proletarianização. Contudo, essa crítica não invalida a enorme contribuição de Hobsbawm nos estudos relativos aos protestos sociais na gênese da sociedade capitalista. A questão da organização, no estudo dos protestos sociais, continuou, ao longo da década de 1970, como uma questão importante para Hobsbawm. Ao final daquela década, em uma crítica a *Poor People's movements*, de Francis Fox Piven e Richard Cloward,²⁶ Hobsbawm afirmou, entre outras coisas, que, quando não organizados, os movimentos, apesar de poderem ter alguma eficácia, não deixam marcas e que, posteriormente, apenas os historiadores têm conhecimento deles.

George Rudé deu passos extremamente importantes para o estudo dos protestos de multidão. No entanto, em “The Crowd in History” e em “The Crowd in the French Revolution”, essas manifestações ainda são mostradas como espasmódicas.²⁷ De fato, ele considera que esses são movimentos rebeldes, mas rebeldes na defesa do costume. Outra crítica efetuada a Rudé é a possível confusão existente entre multidão e protesto social, uma vez que na sociedade contemporânea presenciamos a formação de grandes multidões ocasionais para, por exemplo, assistir a espetáculos, jogos ou outras manifestações culturais sem que haja qualquer relação com conflitos sociais.²⁸

Ao analisar diferentes movimentos de multidões, Rudé conclui que, de um lado, esses protestos alcançam algumas vitórias econômicas imediatas, no entanto, grande parte dessas conquistas são logo dissipadas, quando o movimento se esvai. De outro, Rudé conclui que os avanços verificados nessas agitações deixam sinais na memória dos seus participantes e que isso futuramente alimenta novas mobilizações. Ele exemplifica essa tese ao demonstrar a retomada de práticas das agitações da revolução de 1789 e das multidões hanoverianas, nas revoluções francesas do século XIX e no movimento cartista britânico respectivamente.²⁹

Rudé oferece ao historiador que estuda os conflitos de multidões um instrumental importante, quando, ao analisar a emergência dessa forma de protesto social em diferentes cidades, observa que, regra geral, eles aconteceram com maior intensidade em antigos centros industriais do que em distritos rurais ou centros comerciais. Para ele, é a estabilidade proporcionada por costumes enraizados na população que propicia a emergência de rebeliões e protestos coletivos, e não a existência de instabilidade ocasionada, por exemplo, pela imigração de massa, em novas cidades em rápido processo de desenvolvimento. Ao demonstrar essa tese, embasado na análise de casos diversos, Rudé oferece material para contestar os trabalhos conservadores baseados na matriz Le Boniana, da turba instável, desgovernada e sem propósitos claros.³⁰ Considerados no seu conjunto, os estudos efetuados por G. Rudé são de inestimável valia para a história social.³¹

Edward Thompson procura demonstrar a importância dos protestos de multidões e enfatiza que eles constituem parte das estratégias de resistência das plebes frente ao avanço do capitalismo, produzindo, nesse processo, uma consciência embrionária de classe em seu próprio fazer-se histórico.³² Thompson observa a existência de um conjunto de valores, regras e normas compartilhadas entre os homens e as mulheres pobres de uma dada região. Para ele, isso propicia o surgimento de uma noção de comunidade de interesses. Assim, quando supostos direitos desse grupo eram ameaçados, eles reagem com exigências do cumprimento daquilo que entendiam ser direito deles e obrigação das elites ou do Estado. A esse conjunto de valores compartilhados, que geralmente eram instrumentalizados em protestos frente ao avanço das relações capitalistas de produção que desestruturavam as formas de sobrevivência da população pobre, principalmente em períodos de escassez de alimentos e de fome generalizada, Thompson denominou “economia moral”. Essa perspectiva se opõe à visão espasmódica, que via nesses movimentos uma mera reação instintiva frente à fome, mas sem que os protagonistas dessas ações fossem capazes de desenvolver uma consciência própria a respeito do processo em que estavam inseridos. Em decorrência, esses conflitos eram vistos como desprovidos de direção política e principalmente sem objetivos claramente definidos. Para Thompson, é difícil afirmar que esses movimentos fossem políticos, contudo ele entende que constitui um erro classificá-los como apolíticos ou pré-políticos.

O conceito thompsoniano de *economia moral* oferece importante auxílio aos protestos sociais desencadeados tanto por multidões urbanas quanto rurais.³³ Para ele, os motins alimentares, os delitos anônimos e outros conflitos constituíram-se em estratégias de ação materialmente possíveis, desenvolvidas pela plebe frente às perdas e à erosão de costumes impostas pelo avanço das relações capitalistas de produção. Thompson entende que cobrar do movimento uma forma de organização estruturada naquele momento é não compreender o contexto em que ele estava inserido e exigir uma ação somente possível no decorrer do século XIX. Esse tipo de cobrança ocorreria porque o pesquisador, ao olhar para o século XVIII com os olhos de hoje, constataria a ausência das formas de organização desenvolvidas ao longo dos séculos XIX e XX.

Thompson avançou em relação aos primeiros trabalhos de Rudé, pois, em rigor, de forma diversa do historiador norueguês, percebeu, no recurso ao costume, uma atitude que demonstrava capacidade de seleção política da estratégia de ação. Assim, em seus estudos sobre o século XVIII, na Inglaterra, Thompson observou que as plebes recorriam apenas a costumes previamente selecionados em função de constituírem-se em instrumento de luta contra o avanço dos níveis de exploração impostos pela sociedade burguesa em processo de consolidação. Ele indicou, ainda, que muitas das *tradições* eram, de fato, práticas de invenção recente, com o propósito de resistir à nova ordem considerada injusta.

Thompson desenvolveu um percurso próprio objetivando penetrar nos meandros do que ele denominou o *fazer-se* da classe operária inglesa. Tanto seu objeto quanto suas fontes foram abordados de forma pouco convencionais. O estudo não se restringia a sindicatos e organizações socialistas, mas abrangia um vasto campo que compreendia a política popular, tradições religiosas, rituais, conspirações, baladas, pregações milenaristas, ameaças anônimas, cartas, hinos metodistas, festivais, danças, listas de subscrições, bandeiras etc.³⁴

Em *The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century*³⁵ buscou deslindar a complexidade e a riqueza dos motins alimentares. Indicou a existência de uma economia moral da multidão, atacando o mecanicismo e economicismo presentes nas análises marxistas ortodoxas, que caracterizavam esses movimentos como ultrapassados e pertencentes à pré-história do movimento operário, marcada por ausências sucessivas: classe, partido, vanguarda e consciência de classe.

Patrician Society, Plebeian Culture,³⁶ escrito poucos anos depois, analisou as relações paternalistas entre a *gentry* e a plebe, no decorrer do século XVIII. O âmago da tese defendida por Thompson é que a *gentry* exercia sua dominação através da hegemonia cultural e, nesse contexto, a plebe desenvolvia as suas ações de resistência baseada em práticas defensivas fundadas no direito consuetudinário, impondo à *gentry* concessões e obrigações. Em contrapartida, através destas concessões e de uma complexa trama fundada em reciprocidades paternalistas, a *gentry* exercia a sua dominação. Contudo, este processo não pressupunha a ausência de conflito, mas a sua delimitação. Dessa forma, a

hegemonia da *gentry* podia conter revoluções, mas não contestações ou rebeliões. Afirmou, ainda, que o preço pago pelas classes dominantes inglesas para manter essa hegemonia foi a licenciosidade da plebe. Periodicamente, a plebe encenava o seu espetáculo de rebeldia e a *gentry* contracenava com punições pontuais e exemplares. De um lado, a plebe ameaçava mais do que, de fato, podia e, de outro, a *gentry* procurava demonstrar punir mais do que era capaz. Havia um contrateatro fundamental para o exercício da hegemonia patricia.³⁷

Através dos estudos sobre o século XVIII, Thompson objetivou tornar cultura plebéia um conceito mais concreto e historicamente útil. Ele partiu da tese de que a consciência e os costumes tradicionais plebeus foram bastante intensos durante aquele século. Para ele, dentre os costumes, alguns eram recentes e constituíam-se em exigências por novos direitos. Outros haviam sido endossados e efetivados através da pressão e do protesto popular, mas geralmente havia uma relação entre esses costumes e a *Common Law*.

Thompson percebeu a gênese de uma dissociação entre cultura plebéia e cultura patricia, no transcorrer do século XVIII e no início do seguinte. Ele indicou que, embora muitos costumes plebeus pudessem ser descritos como visíveis, outros se tornaram opacos e, cada vez mais, a *gentry* encontrava dificuldades para compreender e penetrar na cultura plebéia. Nesse processo, muitas comemorações perderam o tom do consenso e tornaram-se temidas pelos padrões e corporações, sendo vistas como momentos de perigo e desordem. Assim, lenta e gradualmente, esses conflitos foram adquirindo contornos de luta de classes. Tornaram-se, ainda, um campo de contestação e de oposição aos novos valores que ameaçavam o modo de vida da plebe. Paralelamente, ele não via essa cultura plebéia como autodefinida ou independente de influências externas. Ela teria se formado defensivamente, em oposição à força e ao controle patricio. Essa cultura havia sido vigorosamente propagada, de geração a geração, ramificando-se através da transmissão oral, de almanaques, de livretes, de anedotas e de músicas de escárnio.

A plebe selecionava, dentre os costumes tradicionais, aqueles que pudessem ser usados em sua defesa, frente a uma sensação de perda, de exploração e de expropriação. Mas essa cultura dificilmente poderia ser chamada de conservadora, pois gradualmente tornava-se mais livre do controle senhorial, paroquial ou paternal. Ela ia sendo definida em meio a um conjunto de valores, atitudes e hábitos muitas vezes mascarados por rituais de paternalismo e deferência, no interior de uma complexa rede de relações que estabelecia o equilíbrio social vigente. Nesse contexto, a hegemonia da *gentry* ainda ditava os limites da cultura plebéia. Para Thompson, o paradoxo do século seria a existência de uma cultura plebéia tradicional, mas, ao mesmo tempo, rebelde.

Thompson vê no século XVIII uma crescente confrontação entre uma economia de mercado inovadora e uma economia moral da plebe. Ele enxerga nesse conflito o embrião da formação de classe e de consciência de classe. Nesse processo, dar-se-ia a resistência à imposição dos novos valores dominantes,

através da consolidação de uma rede própria de valores, em que a lógica e o significado dos antigos costumes ganham uma nova dimensão e sentido social.

Nesses ensaios, o autor procura demonstrar que o século XVIII foi permeado por conflitos de classe, no próprio processo das classes em formação.³⁸ Isso teria sido possível em função da fragilidade interna do Estado. Em resposta a alguns críticos que indagam como a mais moderna, imperialista e sólida nação poderia ser internamente frágil, Thompson desenvolve a tese de que o Estado dirigido pelos *Whigs* era essencialmente corrupto. Um Estado de rapina que não havia se organizado como aparato administrativo no exercício do poder de classe, mas muito mais como instrumento de apropriação de recursos e corrupção.³⁹

Nessa perspectiva, a permanente contestação seria, na realidade, um processo em que os pobres procuravam manter o pouco do controle que tinham sobre o mercado, baseando-se na *Common Law*. Onde Thompson vê rebeldia, protesto e contestação, muitos críticos vêem apenas crime. Resumindo, a linha geral do trabalho thompsoniano indicaria o desenvolvimento de estratégias díspares, descontínuas e desconexas, que possibilitavam a resistência à nova ordem em processo de consolidação (livre mercado), buscando resgatar, na *Common Law*, apoio e justificativas morais para suas práticas contestatórias. Dessa forma, os crimes não eram *costumeiros*, mas, como aponta Ellen Wood, referenciando Linebaugh, estaria havendo uma criminalização dos antigos costumes que entravam em conflito com a nova ordem.⁴⁰

A influência de Thompson nos estudos dos protestos sociais caracterizados pela ação das multidões, dos movimentos de quebra de máquinas e outras formas de ação popular frente ao avanço das relações capitalistas de produção foi inegável. A sua herança pode ser percebida em diferentes áreas da história social, influenciando historiadores, cientistas sociais e outros pesquisadores em diferentes regiões do planeta.

A amplitude do universo das pesquisas alicerçadas nos referenciais delineados pelos trabalhos pioneiros de Thompson torna impossível o completo mapeamento dessa influência. Em decorrência, discorreremos na seqüência sobre alguns dos trabalhos mais marcantes desenvolvidos neste campo.

Dentre os estudos históricos sobre os protestos sociais envolvendo a ação das multidões que trilharam a perspectiva thompsoniana, certamente merece destaque o estudo sobre a composição das multidões envolvidas em conflitos na Inglaterra do século XVI desenvolvido por Robert Woods Jr.⁴¹

Para Woods Jr., a descoberta de uma estrutura nos conflitos populares na era moderna tem colocado mais luz sobre os medos de desordens na era Tudor. Em decorrência, ele entende que em uma época de rápida transformação os distúrbios envolvendo multidões podem ser considerados como normais e até mesmo necessários. Woods Jr. vê nos distúrbios, não apenas a expressão de um conflito de forças, mas de valores, sendo que os historiadores, mais recentemente, têm estudado as multidões a partir desses motivos; contudo, têm visto essas

multidões constituídas por indivíduos possuidores de motivos comuns. Assim, afirma o autor, chegou-se à conclusão da existência de valores políticos ou sociais comuns nessas comunidades. Partindo desse ponto, propõe discutir como se dava a coesão dos valores nessas multidões. Indaga ainda sobre a possível existência de uma homogeneidade social e identidade comparativa.

Woods Jr. destaca uma grande variedade tipológica entre os participantes desses protestos. Observa também a existência de significados diferenciados dessas ações para participantes distintos, entendendo não haver a indicação de concordâncias comunitárias uniformes. Todavia, ressalta que, em outros conflitos, pode haver existido essa comunidade de interesses.

No esteio da contribuição de Thompson para o estudo das multidões, certamente um dos trabalhos de maior envergadura foi o desenvolvido por Adrian Randall. Esse autor mergulhou no mundo pré-ludita procurando demonstrar que a violência organizada constituiu-se em uma estratégia alternativa sindical dos trabalhadores da indústria têxtil do Wiltshire, Gloucestershire e Somerset, utilizada onde o poder dos empresários não conseguia subordinar totalmente os homens e mulheres pobres aos seus propósitos capitalistas. Para Randall, a ação dos luditas não foi única e muitos movimentos com características similares a antecederam.

A perspectiva adotada por Randall se opõe às teses generalistas que atribuem características apriorísticas às ações das multidões. No seu trabalho está implícita a idéia de que esses movimentos são histórica e socialmente definidos, portando devem ser estudados em sua especificidade. Ao mesmo tempo, o autor indica que podemos, ao estudar esses casos, extrair lições para outros períodos históricos. Randall demonstra como um forte senso de comunidade, produto de uma cultura tradicional, constituiu-se em arma eficaz contra as mudanças impostas pela nova forma de organização da produção em bases capitalistas. Ao mesmo tempo, Randall conclui que esses valores tornaram mais difícil a adaptação dos participantes desses movimentos à nova sociedade. Ainda para ele, o ludismo é caracterizado geralmente como sinônimo de estupidez, reação cega e oposição ao progresso. Em oposição, ele vê o ludismo como resistência às transformações que ameaçam o *status*, a segurança, as estruturas sociais tradicionais e a própria percepção de identidade social.⁴²

Para outro estudioso das multidões, Robert Holton,⁴³ a partir do final da década de 1950, ocorreu uma expansão no campo dos estudos históricos sobre as multidões. Ele entende que, dentre os historiadores, George Rudé tem sido uma das maiores influências. Entretanto, Holton acredita que a noção de multidão apresentada no trabalho de Rudé tem recebido poucas críticas. Para ele, Rudé não apresenta justificativas para a adoção de multidão como uma clara definição e explícita conceitualização. Critica ainda o emprego de multidão associado unicamente à noção de protesto social e por fim afirma que o modelo de mudança social desenvolvido por Rudé sublinha a existência de descontinuidades abruptas entre a multidão nas sociedades pré-industriais e nas industriais.

Em síntese, afirma ainda que Rudé simplifica demasiadamente o problema e não apresenta dados que justifiquem a separação da multidão pré-industrial da multidão da era industrial. Holton Indica que Thompson efetuou um trabalho *mais cuidadoso* e abordou problemas importantes relativos à tradição e à cultura. Ele afirma que Rudé não tratou de comunidade, ficando preso a noções de classe e de ocupação. Pode-se reconhecer a procedência dessa crítica, pois, apesar de toda a tipificação dos componentes das multidões apresentada por Rudé em *The Crowd in the French Revolution*, finaliza-se a leitura dessa obra sem se compreenderem características importantes desta forma de protesto social.

Suzanne Desan,⁴⁴ mesmo concordando com as teses centrais do trabalho de Thompson, entende que, ao procurar resgatar o peso das tradições culturais, ele subestima os fatores de natureza socioeconômica. Para ela, *comunidade* possui uma complexidade muito maior do que aparentemente Thompson observou, pois este não percebeu as diferenças internas, as disputas de poder e os papéis desempenhados no interior de uma comunidade. Desan acredita que economia moral poderia ter diferentes significados para distintos membros da mesma comunidade.⁴⁵ Acrescenta, ainda, que Thompson não questionou como o desencadeamento de ações violentas poderia alterar os papéis no interior da comunidade nem analisou a estrutura de poder das massas no desenrolar de ações violentas.

O exposto neste trabalho não tem a pretensão de esgotar um tema tão complexo e multidisciplinar como o estudo das multidões. Procurei discorrer sobre o vigor e a influência da obra de Thompson (além da sua inserção e dos diálogos estabelecidos no campo do marxismo) no estudo dos protestos populares e das ações das multidões, oferecendo um arcabouço teórico-metodológico que propicia ao historiador e ao cientista social uma melhor compreensão desse tipo de ação social. Assim, espero que essas reflexões possam, de alguma forma, contribuir para o desenvolvimento desse campo de estudos ainda pouco explorado pela historiografia brasileira.

Notas

- ¹ MUNHOZ, Sidnei. *A Ordem do caos versus o ocaso da ordem: saques e quebra-quebras em São Paulo – 1983*. Campinas, 1990. Dissertação (Mestrado em História Social do Trabalho) – Universidade de Campinas. MUNHOZ, Sidnei. *Cidade ao Avesso: desordem e progresso em São Paulo no limiar do século XX*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em História Econômica) – Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. MUNHOZ, Sidnei. *Riots and looting in São Paulo city – 1983*. Institute of Latin American Studies. The University of Glasgow, 1996. (Occasional Papers Series; 63).
- ² KAYE, Harvey (ed). *The face of the Crowd*. Studies in Revolution, Ideology and Popular Protest. New York: Harvester Wheatsheaf, 1988, p. 7-8.
- ³ Um sumário dos debates sobre o assunto pode ser encontrado em BRESCIANI, M. Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- ⁴ Scipio Sighele analisa a multidão a partir de uma perspectiva fortemente embasada na criminologia. Sighele foi influenciado tanto por Lombroso quanto por Enrico Ferri, seguindo um meio termo entre os trabalhos dos dois. Em 1891, Sighele publicou “a multidão criminosa”, quando já apresenta os eixos centrais das suas reflexões sobre as multidões: a importância da emergência das multidões na sociedade contemporânea, a perda de identidade do indivíduo na massa através da imitação dos outros, a tendência à violência e mesmo ao crime nas ações das multidões. Contudo, em Sighele, o indivíduo não desaparece por completo na multidão, podendo haver níveis de responsabilidade criminal dependendo do papel que ocupou na multidão. SIGHELE, Scipio. *A Multidão criminosa*. Ensaio de psicologia coletiva. Rio de Janeiro: Simões, 1954.
- ⁵ Gustave Le Bon, em *Psicologia das Multidões*, escrito em 1895, via na emergência das multidões na sociedade contemporânea, um sinal da corrosão dos valores da sociedade. Para ele, na multidão, todas as individualidades se dissolviam, surgindo um novo ente (coletivo) a quem todos se subsumiam. Le Bon via nessa perspectiva o perigo de dissolução dos principais valores da sociedade cristã e ocidental. O seu pensamento implica uma reação ao crescimento do papel adquirido pelas pessoas comuns e a necessidade do retorno à hierarquização da sociedade
- ⁶ Tarde entendia haver na sociedade uma hierarquia baseada nas capacidades de cada um ou cada grupo. Ele via nas elites, a capacidade de criar. O restante era capaz de apenas reproduzir por imitação a esse processo. Assim, Tarde via o crime e os desvios sociais como um claro sinal da desintegração das elites tradicionais. A preocupação de Tarde não era estudar a multidão propriamente dita, mas estudar uma nova forma de comunicação que emergia naquele momento histórico, daí a sua atenção estar principalmente voltada para compreender a emergência do público. As conclusões de Tarde se distinguem tanto das de Le Bon, a quem criticava por dissolver o indivíduo na multidão e por exagerar a supremacia destrutiva das massas quanto das conclusões de Lombroso, por desconsiderar a importância da experiência, resumindo a ação ao determinismo do meio. TARDE, Gabriel. *A Opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992; Antunes, Marco Antônio Público, Subjectividade e Intersubjectividade em Gabriel Tarde. Comentário e Análise Crítica de Le public et la foule in L’opinion et la foule (1901). <http://bocc.ubi.pt/pag/antunes-marco-gabriel-tarde.html>, acessado em 22/01/2004.
- ⁷ FREUD, Sigmund. *Psicologia de Massas e análise do Eu*. Rio de Janeiro: Imago, 1980 (coleção obras completas, v. XVIII).
- ⁸ RAMOS, Gustavo A. *Angústia e sociedade na obra de Sigmund Freud*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, principalmente p. 169-172. Agradeço ao Dr. Gustavo A. Ramos pelo diálogo estabelecido em relação a esse tema.
- ⁹ MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, principalmente p. 70-72. BOTTOMORE, Tom. Verbete Lumpemproletariado. In: BOTTOMORE, Tom (ed). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 223.
- ¹⁰ COHAN, A. S. *Teorias da revolução*. Brasília: Ed. UNB, 1981, p. 81– 82.
- ¹¹ Sobre esta problemática, veja CASTORIADIS, Cornelius. *A Experiência do movimento operário*, principalmente “A questão da história do movimento operário”, p. 11-78.
- ¹² GROH, Dieter. Base-Processes and the problem of organization: outline of a social history research project. *Social History*, v. 4, n. 2, p. 265-283, May 1979
- ¹³ GROH, Dieter. Base-Processes and op. cit, principalmente, p. 278-279.
- ¹⁴ GROH, Dieter. Base-Processes and op. cit, p. 278.
- ¹⁵ Friedrich ENGELS, Carta a Conrado Schmidt, 1890, In: *Cartas sobre el materialismo histórico*. 1890-1894, Moscou: Ed. Progresso, 1980, p. 6.

- ¹⁶ Referências a esta preocupação podem ser encontradas, embora não de forma sistemática e organizada, nos escritos da juventude de Gramsci. Pannekoek via no proletariado uma possibilidade de organização autônoma e revolucionária. Sua oposição à linha da III internacional o levou a romper com ela em 1920. Pannekoek ocupou um importante papel no movimento dos conselhos comunistas.
- ¹⁷ LEFEBVRE, Georges. *O Grande medo*. Rio de Janeiro: Campus, 1972.
- ¹⁸ Le Bon, Gustavo. *Psicologia das multidões*. Rio de Janeiro: F Briguiet, 1959. (Biblioteca de Filosofia Científica). p. 3-4. (destaque do original)
- ¹⁹ Le Bon, Gustavo. *Psicologia das multidões*, op. cit., p. 11.
- ²⁰ RUDÉ, George. Georges Lefebvre as Historian of Popular Urban Protest in the French Revolution. In: KAYE, Harvey. (Ed) *The Face of the crowd*. Studies in the revolution, ideology and popular protest. Selected essays of George Rudé. London: Harvester-Wheatsheaf, 1988. p. 107-113.
- ²¹ KAYE, Harvey. (Ed) *The Face of the crowd*. Studies in the revolution, ideology and popular protest. Selected essays of George Rudé. London: Harvester-Wheatsheaf, 1988. p. 4-5. Sobre a trajetória de Rudé, veja a sua própria análise desse processo em CURTIS Jr., Lewis p. (Org.). *El Taller del historiador*, México: Fondo de Cultura Económica, 1975.
- ²² SOBOUL, Albert. *História da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.; SOBOUL, Albert. Utopia e Revolução Francesa. In: DROZ, Jacques. *História geral do socialismo*, v. 1, Lisboa: Horizonte, 1976, p. 254-335.
- ²³ COBB, Richard. *The Police and the people: French popular protest 1789-1820*. Oxford: Oxford University Press, 1972.
- ²⁴ RUDÉ, George. *The Crowd in the French Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 1967. Ideologia e protesto popular. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; RUDÉ, G. *The Crowd in history: a study of popular disturbances in France and England, 1730-1848*. New York: J. Wiley, 1964; RUDÉ, G. *Criminal and victim: crime and society in early nineteenth-century England*. Oxford: Clarendon, 1985. RUDÉ, George e HOBBSAWM, Eric. *Capitain Swing*. Harmondsworth, 1973.
- ²⁵ Apenas a título de esclarecimento, George Rudé é norueguês, todavia sua trajetória sempre esteve vinculada à história social inglesa (embora sempre tenha ocupado postos acadêmicos fora da Inglaterra), onde se graduou e se doutorou.
- ²⁶ PIVEN, Francis Fox; CLOWARD, Richard. *Poor people's movements. Why they succeed, how they fail?* New York: Vintage Books, 1978.
- ²⁷ Esta perspectiva aparece principalmente em *The Crowd in the History* e em *The Crowd in the French Revolution*. Posteriormente, em *Ideologia e Protesto popular* e em alguns artigos contidos em *The face of the Crowd*, por exemplo, nota-se uma significativa mudança na análise feita por Rudé que, aparentemente, se afasta da visão espasmódica dos protestos populares das multidões.
- ²⁸ HOLTON, J. Robert. *The Crowd in history: some problems and method*. Social History, v. 3, n. 2, p. 219-33. 1978
- ²⁹ RUDÉ, George. The French Revolution and "Participation" in: *The faces of the Crowd*. Op. cit. p. 135-147. Veja também a introdução a essa coletânea efetuada por Harvey Kaye, p. 1-40, principalmente p. 11.
- ³⁰ Veja RUDÉ, George. *The Growth of cities and popular revolt, 1750-1850: with particular reference to Paris*, principalmente p. 221 e p. 238, in Harvey KAYE (ed.) *The Face of the crowd*. studies in revolution, ideology and popular protest. selected essays of George Rudé. London: Harvester-Wheatsheaf, 1988.
- ³¹ George Rudé inicia os seus estudos sobre as multidões em meados da década de 1950. Dentre os primeiros trabalhos deve-se destacar. *The Gordon Riots: A Study of the Rioters and their Victims*.

- ³² Sobre esta questão veja principalmente, THOMPSON, E.P. Eighteenth century English society: class struggle without class. *Social History*, v. 3, n. 2, p. 133-166, may, 1978 e A Formação da classe operária Inglesa, op. cit. Um debate relativo ao assunto, (embora não fosse o eixo central do mesmo), aparece na *History Workshop Journal*, entre 1978 e 1979. Rafael Aracyl e Mario Garcia Bonafé, publicaram os artigos deste debate que surgiu após a edição de *A Miséria da teoria*, onde apresentam um útil apanhado do trajeto dos chamados marxistas humanistas. Veja ARACYL, Rafael; BONAFÉ, Mário. (Org.) Hacia una historia socialista. Barcelona: Serbal, 1983.
- ³³ Veja, principalmente, THOMPSON, E. P. *The Moral Economy of The English Crowd in Eighteenth Century*, op. cit. Encontra-se também alguma discussão sobre o assunto em *Patrician Society, Plebeian Culture* op. cit. A revisão desta discussão e o debate com os principais críticos do autor está em *Customs in Common* op. cit.
- ³⁴ THOMPSON, Edward P. A Formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; THOMPSON, Edward P. *Customs in Common*. New York: New York Press, 1991. THOMPSON, Edward P. The Moral economy of the English crowd in the eighteenth century. *Past & Present*, n. 50, p. 76-131, Feb. 1971.
- ³⁵ THOMPSON, E. P. The Moral economy of the English crowd in the eighteenth century. In: *Past & Present*, n. 50, p. 76-131. Feb. 1971.
- ³⁶ THOMPSON, Edward P. *Patrician Society, Plebeian Culture*. *Journal of Social History*. v. 7, n. 4, p. 382-405, summer, 1974.
- ³⁷ Em 1991, Thompson refaz este artigo publicando-o com o título de *The Patricians and the Plebs*, tornando-o mais sofisticado, mas com poucas alterações em relação ao original. Cf. E. P. THOMPSON, *Customs in Common*. New York: New Press, 1991, p. 16–96.
- ³⁸ Essa tese thompsoniana revolucionou o perfil através do qual era tratado o século dezoito inglês. Hoje, há um reconhecimento desses conflitos mesmo em trabalhos conservadores, que anteriormente viam nesse período a existência de uma tranquilidade social.
- ³⁹ THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ⁴⁰ WOOD, Elen faz uma breve mas precisa análise desse trabalho de E. P. Thompson. Veja seu *Custom against capitalism*. *New Left Review*, n. 195, Sep./Oct.1992, p. 21-28. Em *Whigs and Hunters*, Thompson detalha a tese de que no transcorrer do século XVIII, estaria ocorrendo, na Inglaterra, a criminalização de antigos costumes.
- ⁴¹ Veja WOODS, Jr. *Individuals in the rioting crowd; a new approach*. In: *The Journal of Interdisciplinary History*, v. 15, n. 1, p. 1-24, Summer, 1983.
- ⁴² Randall, Adrian. *Before the luddites: custom, community and machinery in the English woollen industry. 1776-1809*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. Mais recentemente, Randall e Andrew Charlesworth organizaram uma coletânea debatendo mercado, cultura de mercado e protesto popular na Inglaterra e Irlanda durante o século XVIII. O trabalho, como reconhecem os editores, possui uma profunda dívida para com a produção thompsoniana, mas o débito para com ele somente poderia ser pago através do engajamento crítico. Thompson não esperaria nada menos que isso. Veja, RANDALL, Adrian; CHARLESWORTH, Andrew (eds.). *Markets, market culture and popular protest in eighteenth-century Britain and Ireland*. Liverpool: Liverpool University Press, 1996.
- ⁴³ HOLTON, J. Robert. *The Crowd in history: some problems and method*. *Social History*, v. 3, n. 2, p. 219-33. 1978.
- ⁴⁴ Cf. DESAN, Suzanne. *Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis*. in: L. HUNT (Org.). *A Nova história cultural*. São Paulo: M. Fontes, 1992. p. 63-96.
- ⁴⁵ Sobre esse problema, veja também WOODS, JR. *Individuals in the rioting crowd; a new approach*. *The Journal of Interdisciplinary History*, v. 15, n. 1, p. 1-24, Summer, 1983.